

Uma perspectiva comunicacional da questão democrática – tópicos para o debate sobre políticas públicas de comunicação

Antonio Carlos SARDINHA

jornalista diplomado, especialista em Direitos Humanos, mestrando em comunicação (UNESP/SP), bolsista FAPESP

RESUMO

Um dos tópicos do debate sobre políticas de comunicação envolve os modelos e protocolos de comunicação que o Estado estabelece para dialogar com a sociedade, exigindo, nesse sentido, aprimoramento da discussão conceitual em torno do campo da Comunicação Pública. Pensar políticas de comunicação para as instituições públicas é discutir no atual cenário brasileiro possibilidades para posicionar de modo constitutivo a comunicação em meio às disputas por políticas públicas no cenário democrático que se desenha, a partir da década de 1980, e que se consolida, posteriormente, em novos arranjos democráticos, permeados por uma demanda crescente por transparência e participação no contexto de atuação das instituições públicas. Os pressupostos que sustentam essa perspectiva e que associam a Comunicação Pública ao fortalecimento da participação na cena brasileira demandam superar não só contradições da cultura democrática, mas limitações históricas e epistemológicas próprias do campo da comunicação e das políticas para essa área desenvolvidas no interior do Estado.

Palavras-chave: Comunicação pública; políticas de comunicação; teorias da comunicação; democracia; participação

Introdução

O presente trabalho sugere uma abordagem comunicacional ao debate sobre democracia e participação, a partir das referências da Comunicação Pública como política de Estado de caráter constitutivo, fundamentada em pressupostos epistêmicos que reconsideram o lugar do campo da comunicação em um cenário de mediatização. A reflexão parte de pesquisa bibliográfica elaborada no âmbito do projeto de pesquisa que investiga a Comunicação Pública no espaço dos conselhos gestores de políticas públicas.

1. Informação, comunicação e conhecimento

A compreensão dos fundamentos que dão sentido à Sociedade da Informação passa pela compreensão dos termos usados para nominá-la. Para Mattelart (2006), a ideia de uma sociedade regida pela informação está inscrita no código genético do projeto de sociedade inspirado pela mística do número, o que começa antes mesmo da

entrada da informação na língua e cultura da modernidade. Esse projeto é anterior e começa ser organizado nos séculos XVII e XVIII com a matemática modelizando o raciocínio e a ação útil, ressoando depois nos princípios universais e no modelo de igualdade da Revolução Francesa.

As mudanças tecnológicas (sobretudo nas tecnologias da informação e comunicação) que acompanham um movimento geopolítico de controle do espaço, de avanço no jogo de forças para definir uma geopolítica atrelada a interesses econômicos e militares que acompanha o período de guerras mundiais e conflitos subsidiários (MATTELART, 2006) vão mexendo com o tecido das sociedades em um movimento rumo à reconfiguração relações econômicas, políticas e culturais.

Lastres e Ferraz (1999) sustentam que as mudanças em curso no cenário econômico contemporâneo acontecem com a emergência de um paradigma tecnoeconômico das tecnologias em que informação, conhecimento e aprendizado são conceitos fundamentais. Para os autores, mesmo presentes na constituição de pilares de diferentes modos de produção, a utilização de informação e conhecimento nos processos produtivos possuem especificidades na contemporaneidade que desafiam a teoria econômica tradicional de base neoclássica.

Tomando como referência a chamada economia da inovação, com tese oposta da teoria econômica neoclássica que entende a tecnologia como fator externo e tende a torná-la mercadoria a ser vendida, transferida e que considera a informação e conhecimento como sinônimos, essa abordagem sustenta um papel mais sólido a esses dois processos.

O entendimento é que há conhecimentos codificáveis, transformados em informação, e conhecimentos tácitos de difícil codificação e atrelado a contextos e formas de interação social específicos. E, nesse sentido, ao contrário dos economistas ortodoxos, a escola neoschumpeteriana aponta a importância de esforços explícitos para geração de novos conhecimentos como também sua introdução e difusão no sistema produtivo. Esse processo conduz a inovações que, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento (LASTRES e FERRAZ, 1999).

Esse entendimento consolidou os conceitos que deram bases para a identificação pelo sistema produtivo de uma dinâmica de geração de inovações tecnológicas e organizacionais que alteram o arranjo produtivo.

Para Harvey (2000) o capitalismo se organiza ainda mais com a flexibilização, mobilidade no mercado de trabalho, nos processos de trabalho e no mercado de consumo que é acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.

Na ausência de limites sociais, físicos e de outra ordem, a economia de mercado adota uma qualidade dinâmica e expansiva, tendo como um dispositivo central a organização em rede dos processos sociais. As redes (sob a figura da Internet) organizam a lógica produtiva, multiplicando a capacidade de inscrição no tempo e espaço do mercado e da economia (TERCEIRO, 1997).

Essas seriam as bases (ou infraestrutura) do que os autores consideram como uma nova economia em que as fontes de valor são as informações e ideias em formas de inovações, os lugares são tomados pelo espaço dos fluxos e o tempo, aniquilado pela lógica atemporal. Nesse sentido, o valor surge da capacidade (e demanda) permanente de organizar um suposto tempo futuro. A nova economia, uma economia da atenção e da emoção, trabalha com a contraditória relação de excesso e escassez de informação como fonte de valor no jogo de acumulação.

A apropriação pelo modelo de acumulação capitalista da capacidade de processar símbolos cria dimensões amplas para sustentar esse modelo. Para Castells (2009), o processo de desenvolvimento do conhecimento em nosso tempo ou, de maneira equivalente, o processo de criatividade e sua derivada, a inovação, flutuam em nosso entorno por meio de comunicação e em sua tecnologia, baseada na microeletrônica digitalizada, construída e transmitida pelas telecomunicações, redes informáticas e base de dados (CASTELLS, 2009, p.184).

Para Lopes (2008), há determinismo presente na concepção das TICs como meios para uma regulação econômica, com capacidade de desenvolvimento de uma economia não mercantil, de uso elevado e estratégico das capacidades cognitivas e sígnicas alterando a força e o processo de trabalho (imaterial). Essa compreensão está alicerçada na tensão permanente entre a racionalização e a racionalidade entre técnica e o mundo da vida e também no papel produtivo da comunicação (meios), da informação e da cultura diante do processo de acumulação de capital e a demanda por reprodução simbólica do mundo vivido (LOPES, 2008).

A questão central para o autor, não contemplada nas análises, é o esclarecimento das marcas distintivas, do regime de acumulação contemporâneo, isto é, a transformação da virtualidade técnica, como o desenvolvimento das TICs, em principal fato econômico, o que não confere ao sistema nova regulação, mas acirra-lhe o descontrole (LOPES, 2008, p. 23).

Nessa reacomodação do capitalismo, destaca-se ainda sua expansão para territórios ainda não plenamente apropriados e de natureza imaterial como cultura, o afeto, o *bios* (vida). Esse território tem os meios de comunicação como componentes importantes. As tecnologias e o arranjo que elas permitem, facilitando a flexibilização, os fluxos, a compressão espaço-tempo servem como estruturas fundamentais para o capitalismo contemporâneo, com contradições pouco ressaltadas.

A construção de um imaginário de fluidez de informações indiscriminada e livre circulação de informações pelos recursos tecnológicos, assim como a ideia de transparência e participação, associadas a um discurso do fim das ideologias, do engajamento e da negação da política (MATTELART, 2006), compõem uma trama que autonomiza e dissolve a complexidade dos vínculos sociais e políticos em favor do discurso do mercado e das novas tecnologias.

O significado que a Comunicação assume em um contexto global de trocas e intercâmbio de informações é importante quando pensamos o diálogo entre práticas de comunicação em meio aos discursos da informação, do conhecimento e da ação (WOLTON, 2006)¹, que estruturam a relação com o mundo e referenciam os sujeitos na sua busca por compreender a realidade.

Ao destacar a dimensão normativa da Comunicação, bem como destacar os seus aspectos políticos e culturais, Wolton (2006) sugere um lugar para a Comunicação. Ao invés de restringir-se à transmissão de dados, comunicar é menos um processo com começo e fim e mais uma questão de mediação, um espaço para de coabitação, um dispositivo que visa amortecer o encontro de várias lógicas que coexistem na sociedade aberta (WOLTON, 2006, p.32).

¹ Esse olhar compartilha do pensamento de Wolton (2006) de que qualquer teoria implícita ou explícita para pensar a comunicação remete a uma teoria da sociedade, ou seja, a uma representação das relações sociais, da cultura, da hierarquia, do poder (WOLTON, 2006, p. 126).

A Comunicação torna-se, nesse sentido, valor central em uma sociedade aberta que há mais de dois séculos, ao menos no Ocidente, superou a centralização e as hierarquias em favor do sujeito e de sua liberdade e onde as trocas entre os indivíduos têm um valor intrínseco. Essa dimensão normativa, em contraponto à dimensão funcional, confere à Comunicação um papel de organização simbólica, mais do que um canal, em meio à profusão técnica de transmissão de dados e informação.

Essa mesma dimensão normativa, que assinala as diferenças entre informação e comunicação, marca a transição para uma nova etapa da relação entre o informativo e comunicacional e mais, lança indicadores para entendermos as contradições, as falsas promessas e os equívocos da propagada Sociedade da Informação.

Em linhas gerais, as inovações na área das tecnologias da informação e da comunicação tornaram os fluxos de informação uma constante, fruto da globalização das técnicas, que acompanha o movimento das duas primeiras globalizações, a política e econômica. Para Wolton (2006) caminha-se para uma terceira etapa da relação informação-comunicação em que estão colocadas as condições para garantir a dimensão normativa da comunicação, ou seja, em detrimento de aspectos técnicos e econômicos, e do fetiche da velocidade, da quantidade e da transmissão, estão os valores, a sociedade, os conflitos e a questão do sentido negociado, e não imposto.

A negociação presume a ideia da coabitação cultural, de reconhecimento do outro. Esse se torna o horizonte da comunicação e, por conseguinte, da democracia, por presumir a organização do poder e da autoridade pela negociação e pelo debate. Essa possibilidade coloca a Comunicação não como solução, mas com um problema a ser administrado e não negado. Assume-se o risco da *incomunicação*, das tensões e do conflito que não está previsto na exacerbação estratégica da dimensão funcional da Comunicação pelos adeptos da Sociedade da Informação.

O entendimento de que a Comunicação veicula visões da relação com o outro, ao passo que a cultura veicula visões de mundo, favorece o retorno do social entre a política e a cultura. Isso porque, ao andar de mãos dadas com a Cultura, a Comunicação faz pensar e torna-se, nas palavras de Wolton (2006), um “catalisador de conscientização”.

Há uma mudança de estatuto que sinaliza a vitória da Comunicação e, ao mesmo tempo, a necessidade de salvá-la, nessa perspectiva. O que se nota é passagem da

transmissão para a mediação. Menos que um dispositivo técnico, a Comunicação torna-se a condição para simbolização, que permite o funcionamento das sociedades abertas. Ganha o espaço da representação, com reforço da sua dimensão normativa. “Quanto mais a comunicação se instrumentaliza, mais ela se perde, como se finalmente o essencial não estivesse no conteúdo da troca, na intencionalidade dos atores, mas numa certa “poesia” das trocas” (WOLTON, 2006, p.141).

Essa perspectiva revela a contradição que permeia a comunicação, permeada, ao mesmo tempo, pela abundância, a ideologia da técnica, as racionalidades e os serviços. Enfrentar esse desafio, e mais, pensar a *incomunicação* como estratégia para salvar a comunicação, parece ser estruturante, tanto na perspectiva teórica como na apropriação da Comunicação (e não apenas dos seus aparatos técnicos e de sua dimensão funcional) como elemento desencadeador de processos políticos contemporâneos.

Desvendar os vínculos complicados entre informação e comunicação é mais do que enveredar para uma discussão semântica. Parte-se do pressuposto exposto por Wolton (2010) de que informar não é comunicar para entender a apropriação dessas duas categorias pelos campos políticos e econômicos como também para pontuar o lugar da comunicação em uma sociedade de mídias como sistemas responsáveis pela “regulação simbólica dos espaços sociais”, na expressão de Vizer (2007).

Para Pasquali (2005), o avanço dos meios de comunicação e dos fenômenos correlatos a essa nova dinâmica trazida com essa transformação, como aumento da difusão e reprodução de mensagens, o fim das barreiras espaço-tempo como variáveis do ato comunicativo e, por fim, a preservação de imagens e sons em movimento, obrigou a ciência a resgatar o termo comunicação do ostracismo que esteve no recente meio século.

A informação, ao contrário, remete a um tempo anterior, no período clássico, como conceito da filosofia para designar adequação de uma forma, ideia a um elemento material, remetendo a algo ‘in-formado’.

Uma relação resgatada segundo Pasquali (2005) na sociedade moderna para entender a relação entre a notícia jornalística e a formação da opinião pública. A informação ficou sob o monopólio do jornalismo e depois se estendeu a áreas como engenharia e informática como registrado pela Teoria da Informação e da Cibernética (WOLF, 1995).

Os múltiplos significados da informação, a confusão e relação tensa entre informar e comunicar identificada por Wolton (2006, 2010) criam o que Pasquali (2005) define como efeito Torre de Babel, em especial quando se está a discutir os paradoxos da Sociedade da Informação e suas respectivas configurações.

2. Da sociedade dos meios à sociedade midiaticizada

Em outras palavras, estamos percebendo os fenômenos comunicacionais como um dos processos sociais da comunicação formado pelos (1) processos comunicativos que coloca em comum diferenças. por meio do discurso que tem ou não o auxílio da retórica e (2) pelos processos comunicacionais, entendidos como fenômenos constituídos pela ampliação tecnológica da retórica – a mídia na sociedade contemporânea (SODRÉ, 2007).

Nessa perspectiva, os processos comunicativos são, em linhas gerais, parte de uma ontologia constitutiva da realidade social. Mas os processos comunicacionais, pelo exposto na configuração da Sociedade da Informação, assumiram uma condição importante apresentando-se como mais um marco interpretativo.

Nesse sentido, não implica só o processo de restabelecimento de laços sociais, mas é relacionada a atos e valores. A comunicação – como *práxis* – deve ser o lugar de sentido e significação (VIZER, 2006, p.29).

Sodré (2006, 2010) entende que a sociedade contemporânea (dita pós-industrial) é regida pela midiaticização, ou seja, virtualização das relações humanas presente nos relacionamentos institucionais e demandas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação.

A midiaticização é uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*. Trata-se de um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um produto a serviço da lei estrutural do valor também conhecido como capital. (SODRÉ, 2006, p.21)

É por isso que para o autor, a midiaticização não é a veiculação de acontecimentos por meios de comunicação, como se fato temporalizado precedesse o midiático, de natureza transtemporal. O que há é o funcionamento articulado das instituições em geral com a mídia. Ao basear-se em Foucault, Sodré (2007) define a sociedade midiaticizada

como um novo tipo de sociedade do discurso, conceituada como a organização de grupos constituídos em função do controle específico da fala, institucionalizando procedimentos de exclusão – interdição, rejeição e vontade da verdade que incidem sobre o discurso. Um discurso que controla a sociedade e constitui-se ele próprio uma esfera existencial particular abstrata em relação ao tempo e espaço, assim como é a língua em relação ao discurso (SODRÉ, 2007, p.20)

Nesse contexto, a comunicação para Vizer (2007) é constituinte e instituinte das relações e vínculos sociais, uma ação indicial geradora de sentido com três dimensões: referencial, interferencial e auto-referencial. A primeira atua como dispositivo de construção discursiva da realidade objetal (o conteúdo); a segunda atua na construção de relações entre os atores sociais que se referenciam mutuamente (relações e interações sociais), já a terceira refere-se a processos de auto-observação reflexiva e da apresentação de si mesmo em sociedade, são as marcas de identidade e identificação. Essa dimensão refere-se à construção social da pessoa enquanto sujeito e ator social. Com base em Vizer (2007), compreendemos que a mediação das práticas sociais constroi comunicacionalmente os sujeitos-atores nessas três dimensões. Os meios de comunicação e as tecnologias da informação não rompem, mas ao contrário, mediatizam em novos tempos e espaços.

Fausto Neto (2008) ilustra o fenômeno da mediação com a ideia de que as práticas discursivas de diferentes campos (políticos, econômicos, saúde, religião) transformam-se a partir da presença de complexas operações de apropriação de características midiáticas, redesenhando suas gramáticas e suas estratégias de reconhecimento. Essa forma de inscrição tecnodiscursiva das lógicas e operações das mídias alastra-se por toda a estrutura, levando para todas as instâncias societárias os fluxos e efeitos sociotécnicos caracterizados pela cultura e operações midiáticas. O campo das mídias não é protagonista, mas expande os protocolos midiáticos para o tecido de práticas sociais, fenômeno operado pela convergência tecnológica (FAUSTO NETO, 2010).

3. Comunicação Pública e Democracia em tempos de mediação

O debate sobre Comunicação Pública em tempos de mediação mais do que atualizar as demandas e perspectivas para acompanhar mudanças diante dos cenários

trazidos pelos avanços das tecnologias, no processo produtivo e as relações sociais tecnomediadas, requer a compreensão das relações políticas entre as Sociedades e o Estado nesse cenário de desregulamentação e fluidez das redes, demarcadas pelo tempo e espaço hegemônico do mercado e permeadas por demandas políticas envolvendo inúmeros atores e pautas de interesses diversos.

Pensar as relações e a ação política em uma tentativa de compreender os desafios para a democracia na sociedade midiaticizada é trazer a tona demandas colocadas para as políticas públicas de comunicação, com o respectivo papel do Estado na promoção dos direitos à informação e à comunicação na Sociedade da Informação.

Na ambiência informacional, as implicações das mudanças criadas pela cultura tecnológica não podem ser medidas com precisão. A questão, em uma perspectiva comunicacional, é saber como dimensionar esse cenário em que foram potencializados, de modo muito mais explícito, a relação estrutural informação-poder, ou os recursos informação-poder, como vetores para organização de práticas sociais, sobretudo políticas.

Nesse contexto, pensar as políticas de comunicação e sua dimensão pública, mas de forma constitutiva em meio aos espaços dos fluxos informativos é considerar tramas que se fazem entre o contraditório modo de organização societária que vai da rígida e flexibilidade das sociedades em redes, as possibilidades regulatórias e emancipatórias que nascem entre o monólogo repetitivo e o diálogo aberto permitido pelas novas tecnologias, e a esfera da virtualidade criada pela cultura tecnológica informacional.

Essa dinâmica societária tem uma constituição tecnicamente concreta, mas um aspecto simbólico e ideológico que reitera, em meio à ditadura da técnica e do discurso da fluidez, o discurso sobre o fim da história, da ideologia, dos projetos societários, reconfigurando assim o paradigma do conflito social e da oposição violenta, nas expressões de Vizer (2007), para explicar o cenário da década de 1990. É um período em que o conflito social se transfigura em imaginários que se tornaram parte de uma nova cultura democrática envolvendo questões sobre inclusão, integração social, pluralismo e direitos humanos, além do debate sobre minorias, identidades e diferenças, em uma perspectiva de integração a um sistema de acumulação em gestação com políticas neoliberais.

O desmonte do Estado de bem-estar social e os cortes das políticas sociais a partir da década de 1980 também parecem indicar os efeitos redistributivos da democracia que hegemonicamente predominou ao final das duas guerras mundiais – restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno das eleições para formar governos (SANTOS e AVRITZER, 2002). Para os autores, essa conjuntura reabre uma discussão sobre o significado estrutural da democracia em particular para os assim chamados países em desenvolvimento ou países do sul.

O ressurgimento das democracias nas décadas de 1980 em muitos países da América Latina fez, segundo Vizer (2007), com que as sociedades nesses países observassem um movimento para (re)construir bases plurais das formas institucionais de um regime democrático. A demanda por reconhecimento e participação nos espaços públicos de ação e nas decisões do Estado por parte de muitos grupos e comunidades acompanham uma tendência de limitações nas democracias representativas que, se por um lado tem pela via da autorização das eleições uma via para o exercício da democracia em escala ampliada, tem dificuldade para lidar com a questão da prestação de contas e da representação de múltiplas identidades (SANTOS e AVRITZER, 2002).

O fim das guerras mundiais e o aprofundamento do processo de globalização ressaltam a necessidade do debate sobre a democracia representativa e a democracia participativa de modo amplo em países com diversidade étnica e cultural, entre grupos que têm dificuldade em ter direitos reconhecidos ou em nações de cultura política marcada pela supremacia de interesses de elites econômicas. Situações presentes na América Latina.

No Brasil esse processo é permeado por contradições, experiências distintas e desafios próprios da cultura democrática do país. O autoritarismo social e visões hierárquicas e excludentes da sociedade e da política são obstáculos para constituição e funcionamento de novos espaços para participação nas decisões sobre políticas públicas, sendo a confrontação desses mesmos padrões um dos principais resultados democratizantes dos novos espaços públicos (DAGNINO, 2002).

Compreender as mudanças e desafios à democracia contemporânea, sobretudo na conjuntura brasileira, é pontuar elementos sobre o que chamaremos de democracia participativa e de seu desdobramento nos espaços institucionalizados de participação

nas políticas de Estado, os conselhos gestores de políticas públicas, a elaboração de orçamentos participativos e conferências públicas.

A exposição desse cenário é importante para delinear sua relação com o movimento ainda incipiente de consolidar a Comunicação Pública enquanto modelo teórico-instrumental do sistema político para mediar interações comunicativas entre Estado e a sociedade (MATOS, 2009)

A Comunicação Pública – que se diferencia da Comunicação Governamental –, entendida como a comunicação que ocorre no espaço formado por fluxos de informação e interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público por meio da promoção do direito à informação e a comunicação (DUARTE, 2009), estabelece por essa via uma relação estrutural no debate sobre a democratização do Estado e na constituição de novas institucionalidades.

E nessa via, que relaciona a Comunicação Pública ao exercício do poder político em sociedades democráticas, que estão as possibilidades para pensar do ponto de vista teórico o escopo desse campo, ressignificando o papel da comunicação historicamente pensada no âmbito do Estado.

A Comunicação Pública estabelece relação constitutiva com a democracia, por interferir na distribuição de poder político, ao ser configurada conforme Brandão (2009), como um processo de comunicação que se estabelece em uma esfera pública entre o Estado, Governo e Sociedade para ser um espaço privilegiado de negociação para as disputas nas sociedades políticas.

A Comunicação Pública, portanto, precisa ser pensada em um diálogo afinado com as teorias democráticas pela relação das políticas de comunicação com a prática da democracia ao instituírem um dado padrão de conflitualidade na esfera pública e assim um dado modelo de democracia (PITTA, 2001).

Superar a dimensão funcional e a instrumentalização das estratégias de Comunicação Pública (PITTA, 2001; FAUSTO NETO, 1995), assumir a comunicação como um problema e não como solução no interior das redes e fluxos que permeiam o espaço de diálogo entre o Estado e a Sociedade, além de prever a *incomunicação* nos termos de Wolton (2006) como dispositivo de poder no âmbito das relações democráticas e resgatar a dimensão cognitiva do processo decisório (CORREIA, 2010) são questões centrais que permitem a manutenção da leitura comunicacional e menos

informativa na relação com a participação e democracia, sobretudo a dimensão participativa que pela sua natureza radicalizam os princípios que apontam a singularidade da Comunicação Pública (MONTEIRO, 2009)

Essas questões, que marcam a proximidade e, por consequência, as contribuições que as Ciências da Comunicação oferecem ao debate sobre democracia e participação, acabam fortalecidas, tomando como referência a relação histórica, sobretudo na América Latina, da comunicação (enquanto campo de pesquisa e intervenção) com os projetos políticos de emancipação dos sujeitos e com os movimentos democráticos de luta por direitos na região (BERGER, 2010)

Pensar a Comunicação Pública nos moldes democráticos, atendendo aos desafios de comunicação do Estado, sobretudo diante dos arranjos participativos que também se consolidam na cena democrática, amplia o escopo de debate sobre políticas de comunicação, por duas perspectivas.

Em um primeiro aspecto reposiciona a área de comunicação no conjunto das políticas públicas como serviço a ser prestado pelo Estado e de natureza fundamental para garantia do direito à comunicação e à informação - elementos centrais para pensar a consolidação da Comunicação Pública.

Sob outro aspecto, entende-se que como modelo conceitual-operativo para pensar a relação comunicativa entre o Estado e a Sociedade, a Comunicação Pública é um campo de referência para o debate sobre participação e controle social de políticas públicas, no entendimento de que a constituição dessas políticas tem um escopo comunicacional que as delineiam e as definem diante das relações de poder gestadas estruturalmente pelas ações comunicativas - sistematizadas ou não pelas instituições públicas.

Se a compreensão que desenvolvemos ao apontar os enquadramentos para a comunicação pelo Estado na cena democrática brasileira indica que a política e as estratégias comunicativas do poder público acompanham o amadurecimento e consolidação da democracia no país, essa indicação delineia algumas hipóteses centrais para investigações amplas.

Conforme apontamos em Signates (2009), não há uma articulação teórica e uma experiência prática da comunicação como política pública, somado a isso, a incipiente democracia brasileira impede que a comunicação se consolide como política de

participação. No arranjo marcadamente mercantil do nosso sistema de mídias, pensar a Comunicação Pública é uma tarefa complexa não só pelos eventuais entraves conceituais, mas histórico-conjunturais de como a comunicação foi pensada e apropriada pelo Estado.

Diante disso, o modelo clássico de emissores e receptores, que leva a uma apreensão funcionalista e condutivista das relações sociais simbolicamente mediadas (SIGNATES, 2009), permeia o que podemos considerar como um modelo historicamente orientador das ações de comunicação desencadeadas pelo Estado que diante das mudanças no cenário político acabam por apresentar limitações.

Considerações finais

Posicionar em uma perspectiva comunicacional crítica o informacionalismo - que norteia as ações comunicativas do Estado - é reconsiderar o campo da Comunicação Pública, em meio aos desafios de participação na democracia brasileira, a partir de questões centrais envolvendo os seguintes componentes:

a) Do ponto de vista normativo: refere-se a repensar a comunicação de mão única e organizá-la segundo uma perspectiva de interação cooperativa; avançar na democratização das políticas de comunicação e na ideia da Comunicação Pública como serviço a ser ofertado pelo Estado de forma a não restringi-la à comunicação governamental, sobretudo àquela atrelada à propaganda institucional dos governos e, por fim, fortalecer a ideia de que a Comunicação Pública saia dos domínios dos governos e seja assumida pelo Estado e a Sociedade (ZÉMOR, 2005).

b) Do ponto de vista operativo: exige-se equacionar déficits no que se refere à operacionalização da comunicação no âmbito das instituições públicas, sobretudo nos aspectos relativos à garantia do direito à informação e do direito à comunicação. A pretensão é consolidar políticas de comunicação que ofereçam garantias formais para circulação de informação, questão fundamental para o funcionamento dos espaços em que poder público é um ator chave;

c) Do ponto de vista político-conceitual: a demanda é consolidar a ideia de esfera pública ampliada superando seu escopo republicano que a encera como mero entorno do Estado, tendo a Comunicação Pública como campo capaz de organizar,

hierarquizar e gerir simbolicamente essa esfera a partir dos princípios que a orientam como prática de comunicação singular (MONTEIRO, DUARTE; 2009).

Referências

- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L.C; FRANÇA, V. V. (orgs). **Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 241-278.
- BRANDÃO. E. P. Conceito de comunicação pública. In DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo:Atlas, 2009, p. 01-33.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madri: Alianza, Editorial, 2009.
- CORREIA, João Carlos. Ideologia, crítica e deliberação. In CORREIA, J.C; FERREIRA, G. B; ESPIRITO SANTO, P. (orgs). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: LABCOM BOOKS, 2010, p. 09-20.
- DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DUARTE, J. Instrumentos de comunicação Pública In DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009, p.59-71.
- FAUSTO NETO, Antônio. Mudanças da Meduza? A enunciação midiaticizada e sua incompletude. In FAUSTO NETO, Antonio et al. (orgs). **Midiaticização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008, p.119-144.
- _____.Transformações do campo jornalístico na sociedade midiaticizada: as estratégias de celebração e consagração. In MORAES, Dênis de. **Mutação do visível – da comunicação de massa à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.113-128.
- _____.Percepções acerca dos campos da saúde e da comunicação. In PITTA, Aurea M. da Rocha (org). **Saúde e Comunicação – visibilidades e silêncios**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Abrasco, 1995, p. 267-294.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- LASTRES, Helena.M.M; FERRAZ, J.C. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado In LASTRES, Helena M.M. & ALBAGLI, Sarita (orgs). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus,1999, p.27-57.
- LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, Conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.
- MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2006.
- MATTELART, A. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. **Anais V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- MATOS, Heloiza. Comunicação Pública, Esfera Pública e Capital Social. In DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 47-58.

- MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública – estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 34-46.
- PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L (orgs). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005, p. 15-48.
- PITTA, Aurea Maria da Rocha. **Comunicação, Promoção da Saúde e Democracia: políticas e estratégias de comunicação no Sistema Único de Saúde no Brasil**. 2001. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p.39-84.
- SIGNATES, L. Comunicação como política pública: da abrangência teórica às questões políticas. **Ser**, Goiânia, v.1, n.1, p.4-19, jul./dez. 2009.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho – teoria da comunicação linear e em rede**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- _____. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In MORAES, Dênis de (org). **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.
- _____. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**, São Paulo, n. 01, p.15-26, 01 out. 2007.
- TERCEIRO, José B., **Sociedade digital: do homos@piens ao homo digit@lis** . Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- VIZER, E.A. **La trama (in) visible de la vida social – comunicación, sentido y realidad**. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- _____. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: VICENTE, Maximiliano Martins (org.). **Mídia e sociedade – perspectivas**. Bauru: Canal 6, 2007, p.09-30.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Porto: Presença, 1995.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ZÉMOR, P. **La communication publique**. Paris: Presse Universitaire, 2005.